

DOCUMENTO

DA REVOLTA A REVOLUÇÃO

Algumas considerações sobre os problemas e os projectos do MPLA, extraídas do livro de Basil Davidson, L'Angola au coeur des tempêtes, 1972 (págs. 278 ss). Os subtítulos são da nossa redacção.

Em 1971, o Movimento podia considerar, com razão, que tinha crescido muito do ponto de vista político. Tinha percorrido um longo caminho em direcção a essa "implantação sólida no seio do país" reclamada pela conferência dos militantes em 1964. Já em 1970, Agostinho Neto fazia notar que, apenas nos distritos orientais, "nós temos presentemente mais de 150 comités de acção, colocados em função da dispersão das populações que aí vivem".

Esses comités constituem os fundamentos políticos do Movimento nacional. É neles e na sua irradiação através de todo o país, mais do que em qualquer outra coisa, que se apoia a possibilidade efectiva de realizar grandes transformações sociais e políticas para o tempo da independência futura.

A direcção do Movimento

Mas esta possibilidade supõe também a capacidade do MPLA para criar e organizar uma direcção capaz de remediar um certo número de perigos, tais como o elitismo, o "autoritarismo do comando militar" de que todos os movimentos de guerrilha sofreram numa certa medida ou, de outro ponto de vista, o isolamento ideológico dos dirigentes em relação à maioria dos aderentes. Numa palavra, a possibilidade de uma transformação revolucionária depende do grau de democracia efectiva que a direcção pode assegurar, organizando simultaneamente um controle central suficiente para garantir o progresso da acção.

Procuraram-se três soluções principais. A primeira consistia em aperfeiçoar os comités de acção e em criar outros novos. A segunda, em promover a educação política. A terceira, em modificar as estruturas do comando segundo o ritmo de expansão do movimento.

Mas tornava-se difícil modificar as coisas. Estas dificuldades derivavam da imensidade do país, da impossibilidade de comunicações frequentes com as regiões afastadas e da expansão numérica do próprio movimento. Mesmo se cada um dos 40 ou 50 dirigentes principais, em 1970, tivesse um génio político e um carácter hercico, nem por isso seria menos difícil resolver o problema posto pelo duplo perigo da situação em que se encontravam estes dirigentes: por um lado, o perigo de "ir depressa demais" e de perder o contacto com o grosso dos aderentes; por outro, o perigo de "ir demasiado lentamente" e de perder o ímpeto já adquirido, tanto política como militarmente.

A libertação nacional

Este problema tinha sido posto desde o início. O manifesto de fundação do MPLA tinha declarado em 1956: "O colonialismo português não cairá sem luta. É por isso que o povo angolano não se poderá libertar senão pela luta revolucionária. Esta só será vitoriosa se se realizar uma frente unida de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem distinção de cor, de situação social, de crenças religiosas e de tendências individuais; ela será vitoriosa graças à formação de um vasto movimento popular de libertação de Angola". O "novo MPLA" permanecia fiel às ideias dos seus inícios. Ele mantinha-se "uma organização política dos africanos de Angola, quaisquer que sejam o seu sexo, idade, origem étnica, crença religiosa, lugar de nascimento ou de domicílio"; o que significava todos os africanos de Angola, qualquer que fosse a sua cor.

Garantia-se assim que se pudessem juntar ao combate todos os que desejassem a liberdade nacional, incluindo os que mudassem de posição no decurso da luta e nela ganhassem uma nova coragem ou uma compreensão nova por força dos próprios

4.3.B.

êxitos obtidos. "(Nesta questão) devemos distinguir entre os que pertencem a grupos contra-revolucionários e os que são sinceros, corajosos e patriotas, mas que, por falta de compreensão política, se enganaram no caminho. Esperamos vivamente que estes últimos não-de reconhecer no MPLA o movimento de vanguarda e não-de alinhar nas suas posições..." Todos os angolanos honestos sem excepção deveriam ser livres de aderir a esta "ampla frente unida do combate contra o colonialismo português" (A.Netto).

Mas paralelamente como garantir que este conjunto patriótico mantenha e aprofunde os seus objectivos revolucionários, a sua convicção de que só grandes transformações sociais e políticas podem justificar a guerra?

Como o definia Neto em 1970: "Tentamos libertar e modernizar o nosso povo por uma dupla revolução: contra as estruturas tradicionais que já não lhe podem servir e contra a dominação colonial".

Uma "frente" ou um "partido"?

Mas seria possível realizar isto através de uma "ampla frente unida" aberta a quem lhe queira aderir, qualquer que seja o nível da sua compreensão política? Não deveria haver uma estrutura de partido capaz de formar e salvaguardar estas ideias contra a estagnação política ou o reformismo que uma "ampla frente unida" poderia tão facilmente gerar? Sobretudo, se chegasse o tempo em que os portugueses pudessem enfim conduzir uma guerra política contra o MPLA, tentando minar o movimento nacional revolucionário pela concessão de uma reforma limitada das instituições do poder colonial?

Estas questões eram evidentes. (...) Um dos dirigentes do movimento, Spartacus Monimambu, pôs o dedo no problema numa entrevista que concedeu a um jornalista: "Quando nos tornarmos um país independente, haverá um única via, a via socialista, mas hoje não somos senão um movimento de massa, um movimento popular e ainda não um verdadeiro partido com uma estrutura de partido. Amanhã haverá um partido com a sua filosofia, a sua ideologia determinada e a sua estrutura. Para atingir esse nível, devemos começar a preparar o caminho desde já. Por isso, o MPLA tem tanto interesse em dar uma educação ideológica aos nossos militantes". E também por isso, poder-se-ia acrescentar, em 1970 funcionaram em Angola dez C.I.R. (Centros de instrução revolucionária).

(...) A transformação do MPLA em partido de forma precisa ficaria um problema para o futuro. "Só esse género de partido pode garantir um futuro democrático", fazia notar Neto em 1970. "Na nossa opinião, um país independente tem necessidade de um tal partido e não simplesmente de um 'movimento'. Mas a sua formação seria hoje prematura. Por isso, tentemos formar os indivíduos melhores e mais honestos que encontrarmos e que constituirão a espinha dorsal do nosso futuro partido".

Por outras palavras, a solução seria por agora um compromisso: os dirigentes promoveriam as suas ideias e alargá-las-iam em contacto com a experiência, assegurando que o MPLA permanecesse tanto quanto possível uma "ampla frente unida" verdadeiramente aberta a todos os que desejam a libertação nacional.

Os políticos e os militares

Este era um aspecto importante do problema da organização. Havia um outro, menos difícil, mas mesmo assim complexo. Tratava-se de melhorar a estrutura da direcção e as suas relações com a massa crescente dos aderentes. A conferência de 1964 tinha eleito um comité director que compreenderia um gabinete político e uma comissão militar. A este respeito, Agostinho Neto afirmava em 1970: "Nunca funcionou, porque era demasiadamente alargado e acarretava conflitos de decisão. Além disso, surgiu na comissão militar uma tendência para o militarismo, que levava os militares a distinguirem-se e a separarem-se dos dirigentes políticos". É o dilema comum aos africanos. Como conquistar o poder com soldados e conservá-lo, mas também impedir estes últimos de se apoderarem dele?

A conferência de Moxico em 1968, apoiada por um importante movimento, confirmou a decisão de haver um comité director; decidiu-se que ele seria composto de membros e que compreenderia todos os comandantes de zona. Uniram-se as funções políticas e militares. Os comandantes militares tornavam-se os principais

dirigentes políticos da sua zona. Deviam ser escolhidos pelo seu mérito e compreensão política, bem como pelas suas qualidades militares.

Esta decisão reconhecia uma das duas grandes dificuldades encontradas: impedir que as questões e as personalidades militares tivessem preponderância sobre as questões sociais e políticas e sobre os que tinham a responsabilidade delas; impedir que a guerra de guerrilha degenerasse numa aventura militar. Parece pouco provável que a conferência de 1968 tivesse atingido plenamente o seu propósito. Havia aqui e ali comandantes militares locais a quem ainda faltava aprender as duras mas necessárias lições da forma de conduzir esta guerra, uma guerra inevitavelmente política. Mas pelo menos a conferência colocou os fundamentos do futuro. E quando homens novos, mais entendidos, começaram a ocupar as posições de comando local no período seguinte, pelo menos encontraram uma estrutura que respondia às suas necessidades.

O comité de coordenação

A segunda grande dificuldade inerente à situação estava em assegurar um controlo central mais eficaz sobre os comandantes de zona e de sub-zona, dispersos por milhares de quilómetros quadrados. Isto implicava, falando idealmente, comunicações seguras e frequentes, incluindo a rádio de ondas curtas. Não se dispunha nessa altura de tais possibilidades. Cedo se revelou difícil exercer o controlo através de um comité director cujos membros estavam quase todos em serviço activo em regiões muito afastadas umas das outras. Neto decidiu então formar um executivo muito restrito, designado comité de coordenação política e militar. Em 1970, compunha-se de 5 membros, cada um com responsabilidades de alcance diferente, sob a presidência de Agostinho Neto. Estes arranjos deixavam muito a desejar, como o notava o próprio Neto no seu discurso de Janeiro de 1970. Mas os resultados obtidos em 1970, logo confirmaram que se tinha encontrado uma solução temporária útil (...).

O reformismo português

Em 1971, os portugueses começaram a tentar reformas. Já o levantamento de 1961, tinha provocado mudanças administrativas e legais, pelo menos no papel. Declarou-se mais uma vez que o trabalho forçado tinha acabado, e que o mesmo tinha acontecido à divisão da população em "civilizados" e "indígenas". Outro tanto para a imposição de preços fixados pelas companhias para as culturas comercializadas produzidas pelos africanos. Até que ponto estas reformas foram aplicadas? As opiniões divergem: Lisboa pretende convencer que o foram em larga escala; os africanos afirmam o contrário. De qualquer maneira, essas reformas não atenuaram em nada o estatuto colonial e subordinado de Angola enquanto "província de Portugal".

Verificaram-se outras mudanças, igualmente provocadas pela resistência africana. A administração promoveu um certo número de assimilados a postos de certa autoridade. Admitiu-se a "africanidade de Angola", pelo menos indirectamente, emitindo regularmente programas de música africana e usando de quando em quando línguas africanas. Em 1971, o novo primeiro ministro, Marcelo Caetano, começou a pretender seguir a via da autonomia colonial. Fez-se mesmo alusão a possíveis concessões às ideias do nacionalismo africano. Neto afirmou em Junho de 1970: "O que os portugueses procuram é alguém que se faça passar por nacionalista, no interior do país".

Esta procura foi difícil. Mesmo que ela tivesse êxito, faltaria ver se era possível fazer concessões à opinião africana, apesar da oposição dos colonos e das forças armadas, uns e outros decididos, por razões próprias, a impedir Lisboa de cometer uma tal "traição". No entanto, o MPLA observava esta manobra e preparava-se para prevenir as possíveis confusões dela derivadas.

A África Austral

Foi então que os africanos tomaram consciência de uma nova ameaça vindo do outro lado.

A posição de Angola era de uma importância estratégica fundamental não só

para o sistema colonial português, mas também para a República da África do Sul e os seus planos de hegemonia no sub-continente. A medida que o Movimento nacional ganhava força em Angola, esta ameaça aproximava-se e crescia em importância. Agostinho Neto há muito a tinha previsto.

"Um outro perigo aparece hoje e toma já forma concreta em certos domínios, advertia ele numa emissão em 1968. É a intervenção do regime racista da África do Sul. A aliança entre esses reaccionários e os da Rodésia com o governo fascista português constitui um grande perigo para o povo de Angola e de Moçambique".

Alguns meses antes, um comandante do MPLA tinha observado: "Já encontramos jovens soldados sul-africanos nas tropas portuguesas. Em Caripande (ao norte do distrito de Moxico), aberta aos que vêm da Zâmbia abastecer-se, encontramos soldados que falavam afrikaans mas não português. Aliás, no distrito do Bié, empregam soldados afrikaaner para guardar as ricas minas de ferro, propriedade estrangeira, em Cassinga. Também helicópteros sul-africanos vêm abastecer os seus soldados em munições, alimentos, etc., e fazer reconhecimentos ao serviço dos portugueses. E o número de soldados sul-africanos utilizados em Angola aumentará provavelmente no futuro próximo".

Todavia o regime sul-africano procedeu com precaução. Concedeu auxílio aos portugueses, financeiro, diplomático ou material, mas o empenhamento militar manteve-se reduzido, muito reduzido mesmo. Foi isso que o exército português verificou com certa amargura: "Ficaram a ver-nos combater durante 7 anos numa batalha que é tanto vossa como nossa", disse um oficial português a um jornalista sul-africano em 1968. Um outro oficial censurou Lisboa por não estar "disposta a ver a África do Sul aumentar a sua influência nesta parte da África meridional". Segundo este alferes: "Já é tempo de nos darmos as mãos na África Austral; mas talvez seja isso precisamente que Lisboa tente impedir para que a metrópole portuguesa não fique excluída". Nascido em Angola, este oficial exprime a velha tese dos colonos, tese que levou a melhor na vizinha Rodésia em Novembro de 1965. Era uma tese de que se ouviria ainda falar em Angola, e da parte de gente mais autorizada que um simples alferes.

Uma derrota portuguesa em Angola constituiria um golpe severo no plano traçado pela África do Sul branca para penetrar política e economicamente na África central. Esta África branca poderia acomodar-se a qualquer pseudo-autonomia que Lisboa "concedesse" a Angola. Poderia mesmo acomodar-se, como no Malawi e em Madagascar, bem como em alguns outros países, a um regime negro de carácter elitista e "cooperante". Mas ao que ela não se poderia acomodar era a um movimento nacional autenticamente independente que governasse Angola.

Era isto que se tornava cada vez mais claro. Não tinha o primeiro ministro Verwoerd, a partir de 1964, avançado a ideia de um mercado comum da África meridional, dominado pela África do Sul? Alguns países meridionais, como o Malawi, não tinham caído na "ratoeira"? O primeiro ministro Vorster não trabalhava activamente neste sentido desde 1968? A perspectiva era bastante evidente: em Angola como em Moçambique e no Guiné-Bissau, o exército português combatia na primeira linha pelo sistema do apartheid que a África do Sul visava estender a todo o sub-continente.

O perigo neo-colonialista

Mas outros factores se conjugavam. Em 1964, o regime de Lisboa viu-se forçado a abrir Angola aos investimentos estrangeiros com um estatuto de maior ou menor liberdade; e os últimos anos da década de 60 foram uma época de verdadeira "prosperidade" na exploração de matérias primas, tais como os minérios ou outros produtos, pelas companhias originárias dos Estados Unidos, da Alemanha federal, da Grã-Bretanha, etc. Mas eram estas mesmas companhias ou as suas filiais associadas que já eram as beneficiárias principais do sistema de apartheid na África do Sul. O perigo sul-africano era o precursor de um outro perigo ainda maior: um esforço geral para manter Angola (e Moçambique) como parte integrante de uma vasta zona de exploração "neo-colonial". A África do Sul e a Rodésia estavam destinadas, como o sugeria Neto numa emissão, a serem "os gendarmes da parte do continente que nós constituímos".

Portugal recêbia já um importante auxílio dos seus aliados da NATO nos planos financeiro, político e militar. Tendo praticamente o conjunto do seu exército

em África, um exército equipado com a ajuda da NATO, o regime de Lisboa continuava a contar com certos países ocidentais, sobretudo com a França, para o fornecimento de armas modernas. Sem os helicópteros Alouette e Puma teriam perdido a única arma efectiva que lhes restava. Estes fornecedores não acolheriam favoravelmente uma derrota portuguesa; poderiam tolerá-la? Senão, que fariam eles? Encorajariam uma intervenção sul-africana? Ou interviriam eles próprios?

Relações internacionais

O MPLA tentou contrariar esta perspectiva multiplicando os seus contactos com os países ocidentais, apelando para o auxílio ocidental, pondo o acento sobre a sua política de não-intervenção na situação mundial. Em 1972, só tinha obtido sucesso no caso da Suécia, potência neutra. Entretanto os portugueses multiplicavam os seus próprios esforços por apresentar o MPLA (bem como a FRELIMO e o PAIGC) como o "instrumento do comunismo". "Persistem em repetir a velha canção do comunismo", como se lamentava Neto na mesma emissão. "Dizem que o MPLA é comunista. A prova disso estaria nas suas visitas a um país socialista. É evidente que um povo que combate pela sua independência aceitará ajuda donde quer que ela venha. Para conquistar a nossa independência temos de aceitar esta ajuda, nem que ela venha, como se diz, do próprio diabo".

De facto, os países socialistas dão uma ajuda indispensável, diplomática, material e moral. Além disso, "o MPLA, como os outros movimentos de libertação, não pode desprezar, no seu próprio interesse, o enorme potencial dos países socialistas. Mas uma coisa é receber ajuda dos países socialistas, outra coisa é ser comunista. E devo declarar que o nosso movimento, de orientação progressista, engloba todas as tendências políticas e religiosas do nosso país, todas as suas camadas sociais, todos os grupos étnicos, todas as raças. O nosso movimento é uma organização independente, que edifica a sua própria orientação política de acordo com os interesses do nosso povo. Ele não segue, de olhos fechados, as ideias da outrem".

Esta declaração não era feita só para o público. "O nosso movimento, dizia com insistência um boletim puramente interno de 1970, não está subordinado a nenhuma potência ou bloco de potências estrangeiras. Os portugueses colonialistas dizem na sua mentirosa propaganda que o MPLA está subordinado ao comunismo internacional ou que o nosso movimento é dominado pela União Soviética ou que somos dirigidos pela China, etc. Tudo isso é apenas invenção de propaganda". Era um tema frequente no decurso destes anos e revelava a dupla preocupação dos dirigentes do Movimento: não cair na cilada da "insinuação vermelha" tantas vezes repetida por Lisboa e pelos seus amigos; não ser esmagado pelo conflito entre o Leste e o Ocidente. Mas também, paralelamente, não abandonar os objectivos e os princípios revolucionários da sua luta. Assim, um dirigente do MPLA, Chipenda, dizia em 1969: "Por vezes convengo-me de que os imperialistas têm uma visão curta e não pensam no futuro. Todas as pessoas inteligentes sabem que os portugueses não têm nenhuma hipótese de conservar as suas colónias em África. Nenhuma. Portanto, se as companhias imperialistas continuam a investir o seu capital em Angola e Moçambique, devem ter um outro objectivo. Mas se elas pensam que nós estamos prontos a tornarmo-nos neo-colónias dos Estados Unidos, da Alemanha federal, etc., enganam-se redondamente. O MPLA e o povo de Angola continuarão a combater até que tenhamos atingido a independência completa, política e económica..."

A luta pela independência

Attingir uma tal independência, na Angola dos primeiros anos 70, devia parecer um objectivo longínquo e extremamente difícil de alcançar. Mas a convicção de que o povo angolano pode efectivamente chegar a dominar o seu próprio destino, domínio pelo menos suficiente para lhe permitir desenvolver-se, e que, na falta de uma tal independência, não pode haver desenvolvimento digno de ser prosseguido, tal é doravante a convicção principal que inspira estes homens. Para eles era e é a justificação principal dos seus esforços, dos seus sofrimentos e sacrifícios. É sobre esta convicção que eles se apoiam, sólidos como a rocha, esperando que cesse o tumulto das águas e que as nuvens se dissipem, acre

ditando firmemente que então verã tudo mais claro, ficando seguros de que então pelo menos estarão bem firmados.

Porquẽ esta convicção? Que implica ela para a revolução de que falam? Como se une ela às necessidades materiais do seu desenvolvimento? Haverá uma outra maneira, melhor, de a assegurar? É també por estas questões que a longa luta de Angola entra num contexto mais vasto, quer na África dos anos 70, ou talvez em todo o mundo ex-colonial.

A natureza das ideias do movimento, as possibilidades que ele tem de as realizar, as implicações e as consequências ulteriores que delas podem decorrer, são questões que dizem directamente respeito ao drama universal da nossa época : o choque entre sistemas de riquezas e de privilégios, de um lado e, de outro, sistemas de pobreza e de privações; entre os ricos que têm as suas razões para serem ricos e os "condenados da terra" à espera de viverem menos mal ou mesmo simplesmente de continuarem a viver.

RECORDAR

1961



O SENTIDO POLITICO DO 4 DE FEVEREIRO

Declaração do MPLA, em 1972, publicada como editorial do seu boletim

Há datas que decidem do destino de um povo, porque as acções que as tornaram importantes eram historicamente necessárias.

A acção do 4 de Fevereiro de 1961 poderia ser tomada por um gesto aventureiro, se apenas se tivessem em conta os seus objectivos táticos. Efectivamente, os objectivos fixados pelas massas populares de Luanda, e pelos militantes do MPLA que as enquadravam, não foram atingidos: os leaders políticos encarcerados nas sinistras masmorras da Pide não foram libertados; a repressão feroz impediu o desencadear maciço de um vasto movimento insurreccional que abalaria a ordem estabelecida nas principais cidades; os revolucionários que escaparam ao massacre tiveram de regressar ao mato para organizar a guerrilha.

No entanto, estavam criadas as condições objectivas para que este gesto heroico se tornasse o catalisador das massas para a luta de libertação nacional. Com efeito, o colonialismo português tinha ocupado inteiramente Angola desde o início do século e o roubo de terras, a exploração incontrolada das massas, os abusos, todos os aspectos bárbaros da opressão colonial, provavam ao povo que só a luta armada poderia vencer o ocupante estrangeiro.

Esta crescente consciência política tinha tido o seu corolário na formação do MPLA em 1956, organi-

zação capaz de levar por diante a conquista da independência. Em África, a vaga da independência sacudia os antigos impérios coloniais. No plano mundial, o imperialismo era cada vez mais contestado pelo revigoramento das forças revolucionárias que na China, na Coreia, no Vietnam, em Cuba, lhe tinham infligido pesadas percas políticas, a par do reforço do campo socialista.

Perante este conjunto de circunstâncias, o objectivo estratégico dos militantes do MPLA foi perfeitamente alcançado, pois que as massas se puseram em movimento e mais nada as conseguiu deter.

O 4 de Fevereiro é pois o resultado da germinação lenta mas segura das condições sociais que marcavam toda a história da ocupação colonial em Angola.

O 4 de Fevereiro, data do início da luta armada em Angola, é assim o ponto de ruptura irreversível entre a ordem colonial e as aspirações populares.

Após o 4 de Fevereiro, a única solução para o problema angolano será decidida pela força das armas. Só a luta armada de libertação nacional poderá vencer o odioso colonialismo português, instrumento dócil do imperialismo.

A VITÓRIA É CERTA !

DUAS VERSÕES

Como é sabido, o tristemente célebre massacre da Baixa do Cassange, praticado pelo exército português, ficou a assinalar, como um símbolo, os acontecimentos de 1961 em Angola. Comparamos duas versões desse mesmo facto. A primeira é da responsabilidade do Estado-Maior do Exército português e vem publicada no nº 6 dos "Cadernos Militares" intitulado O Caso de Angola. A segunda é da autoria de José Ervedosa, antigo oficial da Força Aérea, que foi testemunha directa da chacina, tendo depois desertado.

ACONTECIMENTOS DA BAIXA DO CASSANGE

Em Janeiro de 1961, verificaram-se acontecimentos de certa gravidade na baixa do Cassange, região a Nordeste de Malange onde se cultiva o algodão. Os nativos recusaram-se a colher o algodão sob o pretexto de serem espoliados nos pagamentos.

A legislação então em vigor — já posteriormente alterada pela extensão de zonas de concessão algodoeira a companhias particulares — previa a cultura em condições que não eram as mais adequadas, o que contribuía para gerar um espírito de má vontade nos nativos da região. Mas foram os agitadores vindos do Congo ex-Belga que os convenceram a não cultivarem mais algodão e provocaram na região um clima grave de insurreição contra a autoridade legal.

As patrulhas da Companhia de Caçadores então aquartelada em Malange percorreram a região e procuraram acalmar e esclarecer os nativos sobre o que desejavam os agitadores, mas eram constantemente provocadas por gritos de «Fora o Branco», «As balas dos brancos não matam», «O Estado é caca de galinha», pois estavam convencidos que a Companhia concessionária era o Estado e estavam a desobedecer ao Estado.

Esta situação desprestigiante torna-se, dia após dia, mais perigosa.

A área foi então reforçada com um Batalhão e duas Companhias o que permitiu aumentar o número de patrulhas e visitas às sanzalas da região com a missão de aconselhar calma e ordem aos nativos e esclarecê-los de que o Estado nada tinha com a Companhia concessionária do algodão.

Mas as dificuldades foram-se avolumando. Até que uma das Companhias de Caçadores, vendo-se cercada por milhares de amotinados armados de canhangulos, armas de caça, catanas e mocos que ameaçavam massacrar os militeiros, teve necessidade de dar fuga e procurar um certo número de baixas.

Continuando a desenvolver uma intensa acção psicológica sobre a população, as unidades militares conseguiram finalmente convencer os nativos da verdade e obter a amizade e compreensão da maioria das autoridades locais.

Em 27 de Fevereiro do mesmo ano — 1961 — o Comando do Batalhão anunciou que a região estava pacificada.

A GREVE DOS "HOMENS DO ALGODÃO"

"Ao volante do seu jipe, o contra-mestre acaba por descobrir que há qualquer coisa de anormal nos movimentos dos trabalhadores, sobre a mancha branca do campo de algodão. A cadência dos seus movimentos abranda, abranda. Diminui progressivamente. Finalmente, o trabalho cessa de todo, ao mesmo tempo, sobre a extensão da Baixa do Cassange. O contra-mestre salta para a capota do jipe e aperta nos seus punhos o chicote arqueado. O contra-mestre tem medo. O contra-mestre lança um urro a toda a volta, o contra-mestre grita: "E então?". A resposta não vem de parte nenhuma, mas de toda a parte: "Patrão. Queremos falar ao patrão".

No Governo-Geral a notícia da greve foi recebida quase com pânico. As Companhias (Cotonang...) viam a colheita perdida. Pior ainda, viam perfilar-se outras reivindicações, exigências sempre crescentes. Até à maior, a última: a exigência da sua saída do território angolano. Até à cedência do algodão aos homens que o semeiam, o tratam, o colhem, o ensacam.

As Companhias exigem uma repressão implacável. Esta greve, querem eles que ninguém possa mesmo sonhar que tenha existido algum dia. O Governador Geral é um "moderado". Mas a seu lado, há um homem experimentado, um "especialista" da repressão, que tinha já praticado em Goa, o general Monteiro Libório.

O homem moderado pensa com resignação que há coisas desagradáveis que devem ser feitas. O homem experimentado esfrega as mãos e dá ordens precisas. As unidades de infantaria, os aviões PV-2 e T-6 e suas bombas de napalm, vindos especialmente das bases da NATO em Portugal (Ota e Montijo), recebem ordens precisas: atirar à vista sobre qualquer grevista na Baixa do Cassange.

"Chegávamos sobre as aldeias que estão alinhadas umas atrás das outras ao longo da estrada", conta um oficial que recusou, por seu turno, participar no massacre. "Estavam lá, sentados, imóveis, à vista do avião. Só um sádico poderia ter atirado sobre estas pessoas que não queriam senão dinheiro para comer. Então largávamos as bombas nos sítios desertos e voltávamos a Luanda com um peso na consciência, porque não tínhamos tido coragem para voltarmos com elas".

Mas depois vieram outros, que não tiveram escrúpulos e que cumpriram a tarefa. Mais tarde, outros PV-2, outros T-6, ainda com napalm, vieram como reforço, as suas asas resplandecendo com a cruz de Cristo, insígnia da aviação militar portuguesa. Dezassete aldeias ficaram destruídas e 5 mil homens, mulheres e crianças queimados na Baixa do Cassange.

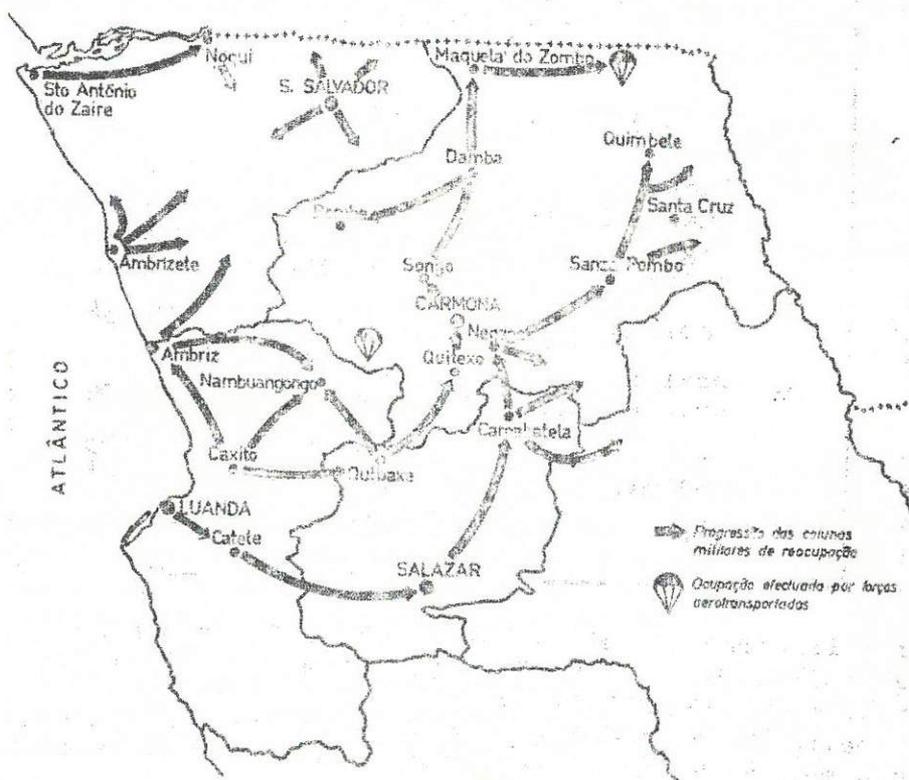
Hoje as flores de algodão embranquecem de novo o solo. As máquinas fazem o trabalho dos homens".

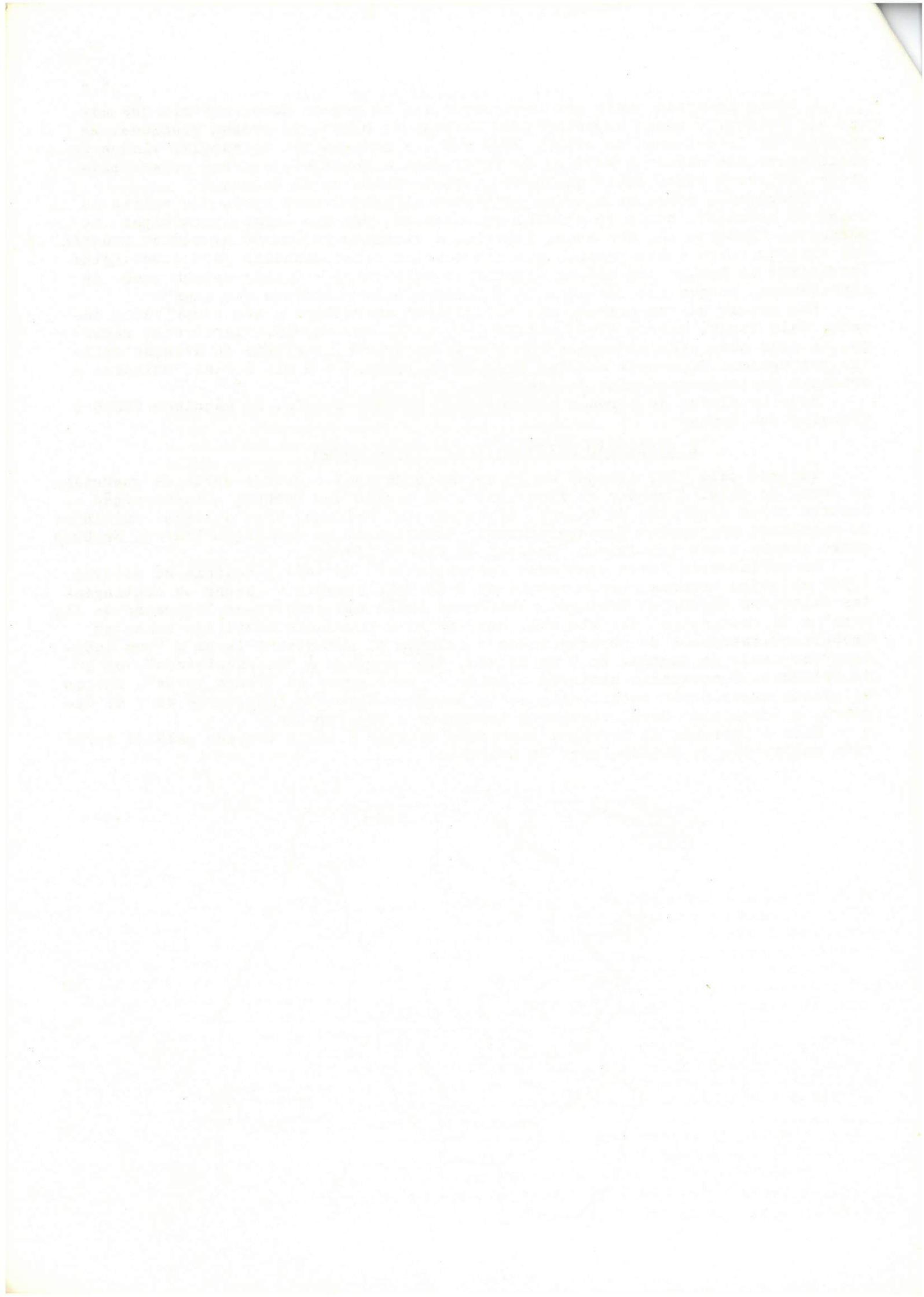
A REPRESSÃO MILITAR APÓS O 15 DE MARÇO

Lançado pela UPA, começou em 15 de Março de 1961 o grande surto de guerrilha no norte do país. A partir da fronteira e da região dos Dombos, a insurreição alastrou pelos distritos de Luanda, Cuanza-Norte, Malange, Uíge e Zaire. Multidões de angolanos procuravam desesperadamente libertar-se da dominação branca. Nambuangongo chegou a ser proclamada "Capital do Estado Livre".

Os portugueses foram apanhados desprevenidos. Em toda a colónia só estavam 1.500 soldados brancos. Mas a partir de 1 de Maio começam a chegar os contingentes militares vindos de Portugal. Inicia-se então uma monstruosa "operação de limpeza" e de re-ocupação territorial, que varreu a população civil das zonas em "rebelião". Batalhões de paraquedistas e colunas de infantaria levam a "paz lusitana" ao norte de Angola. Em 9 de Agosto, Nambuangongo é "reconquistada"; em 20 de Setembro, é novamente hasteada a bandeira portuguesa na "Pedra verde", maciço de grande importância estratégica entre Luanda e Carmona; finalmente em 7 de Outubro, o Governador Geral considera terminada a re-ocupação.

Este itinerário da terrível repressão militar é assim traçado pela já referida publicação do Estado-Maior do Exército:





E os revolucionários não perdem tempo: em cada aldeia, em cada canto, exortam os camponeses a organizarem-se em comités de acção - os quais devem prover à construção de escolas e de centros sanitários, e constituir brigadas agrícolas.

À cabeça destes comités encontram-se ainda muitas vezes os chefes tradicionais (sobas) de antigamente. Mas ao contrário desses tempos, eles são eleitos por um período de 4 anos pelos habitantes da aldeia.

Uma milícia armada ajuda os chefes da aldeia na execução das suas tarefas. Quando os grupos de guerrilheiros atravessam a região, o chefe da aldeia e a milícia acompanham-nos e protegem-nos.

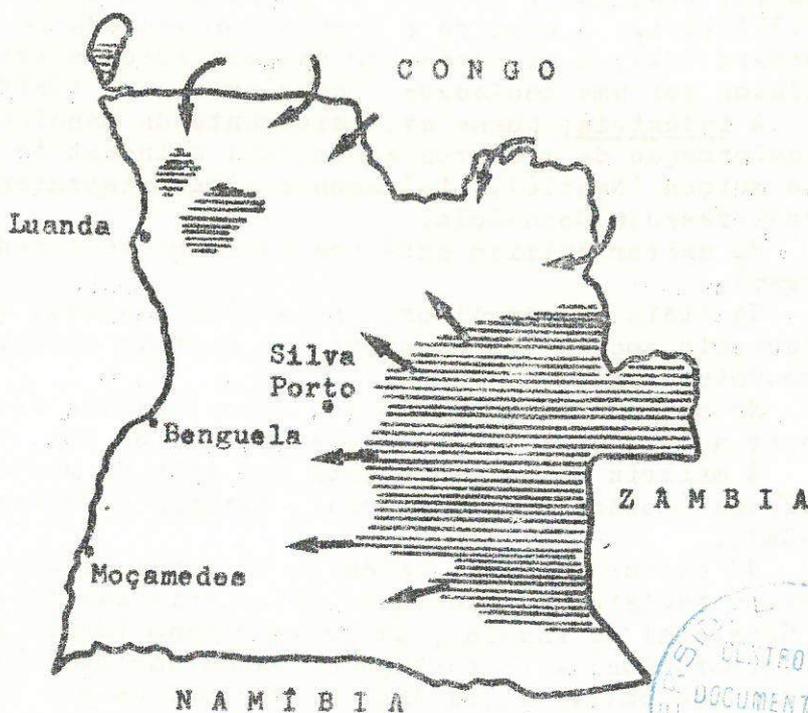
Assim, uma demarcação entre guerrilheiros e civis é praticamente inexistente - e isto significa que o exército dos insurrectos é de facto muito mais numeroso do que o número de soldados do MPLA (cerca de 7.000 em 1971).

Os portugueses ainda têm, obviamente, um poderio muito maior: mais de 70.000 homens estão actualmente destacados em Angola. O exército rebelde é mais fraco, não só em número, mas principalmente em equipamento militar.

Por exemplo: de entre os 30 guerrilheiros que se dirigem comigo para Kamikuse, há 20 que vão descalços; em vez de uniforme, vários combatentes só levam calças e uma camisa rota; os cobertores e os colchoes pneumáticos não chegam; na primeira noite, a caminho, a maior parte deles dormiu ao ar livre, à chuva - as tendas eram poucas...

Mas ali começava o caminho de uma nova pátria.

Zonas de presença e de penetração da guerrilha e do Movimento nacional de libertação (1972) em Angola



INTERESSES ESTRANGEIROS EM ANGOLA

Apesar da recente e rápida expansão da indústria mineira, a agricultura é ainda a principal actividade económica do país, principalmente como economia de subsistência. Entre os produtos de exportação, o café é o mais importante: os latifúndios pertencem à banca francesa (Rallat) que é a principal accionista das sociedades portuguesas que controlam 80% da produção, empregando 123.000 trabalhadores negros. Por seu lado, a maior companhia exportadora de café é controlada por capitais sul-africanos.

O algodão e os óleos vegetais são explorados por companhias controladas por capitais belgas (Cotonang). O açúcar é monopólio de uma grande sociedade inglesa (Barton Mayhew, através da Cassequel). O sisal está sob domínio britânico e alemão.

O sector que mais facilmente pode seduzir os capitalistas estrangeiros é o das prospecções mineiras. A Diamang teve até 1971 o exclusivo da prospecção de diamantes num território equivalente a 81% da superfície total de Angola! É controlada pelo gigantesco monopólio sul-africano De Beers e conta com a participação de outros grupos financeiros americanos e belgas. Muitos outros grupos dominados por capitais sul-africanos e sobretudo americanos têm obtido concessões para os diamantes (Angola Exploration Company, Diamond Distributors, Anchor Corp.).

Os mais importantes jazigos de ferro são formalmente controlados por Portugal (Companhia Mineira do Lobito), mas de facto a companhia está subordinada a um consórcio em que o grupo alemão Krupp tem a maioria e em que participam também capitais belgas (Gregg-Europe), dinamarqueses (Højgaard e Schutz), suíços (Lavora Bank AG), italianos (Pirelli), ingleses (Bankers Trust Company) e alemães (Deutsch Union Bank). Outros jazigos menores são controlados por um monopólio americano (Bethlehem Steel, através da Companhia do Manganés de Angola).

A produção do petróleo é controlada por capitais americanos (Gulf Oil e Texaco), franceses (Compagnie Française de Pétroles), belgas (Petrofina), sul-africanos (através da Angol), holandeses (Bataafse Petroleum Maatschappij); o petróleo e os seus derivados, através da refinaria de Luanda, dirigem-se para a Dinamarca, a Espanha, a Holanda, o Japão, etc. Entretanto uma sociedade japonesa (Nippon Mining Company) requereu o direito a explorar jazigos de petróleo recentemente descobertos.

Uma companhia alemã assinou um contrato com a Junta de Energia Nuclear de Portugal para a prospecção de urânio. A bauxite é explorada por uma sociedade francesa (Pechiney, através da Alumínio Português) e por uma companhia holandesa (Billiton), o enxofre e a mica por sociedades americanas (Tenneco Angola e Standard Oil), o manganés por uma sociedade alemã (L.T.Berman), os jazigos de fosfatos por uma sociedade franco-americana (Cafrenet).

A indústria, quase exclusivamente de manufactura, limita-se praticamente à transformação de produtos agrícolas: a indústria alimentar é dominada por capitais suíços (Nestlé), italianos e alemães (através da Carlo e da Sinalco), mais a omnipresente Coca-Cola.

No sector químico está presente uma sociedade sul-africana (Angola African Oxygen).

Capitais estrangeiros, ingleses e alemães, estão também presentes nas duas principais sociedades do sector da energia eléctrica (Soneluz e Hidroeléctrica do Alto-Catumbela).

No seu conjunto, 98,5% dos investimentos estrangeiros nos últimos anos pertencem a 5 países: Bélgica, USA, África do Sul, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental.

A maioria do comércio está nas mãos de grupos americanos (Casa Americana), ingleses (Robert Hudson & Sons), alemães (Sociedade Luso-Alemã) e japoneses (Auto-Sul).

No sector bancário, além da presença de capitais ingleses (Barclays Bank), deve-se registar a associação entre dois bancos angolanos (Banco de Angola e Banco Comercial de Angola), um sul-africano (South Africa Central Mining and Finance Corporation) e um português (Banco Nacional Ultramarino) para reforçar as relações económicas entre Angola, Moçambique e a África do Sul, associação da qual resultou o Bank of Lisbon and South Africa. Por sua vez, o Banco Interunido resultou da associação entre o Banco Espírito Santo e o First National City Bank, americano.

No campo dos transportes a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela é controlada pela firma inglesa Tanganyika Concessions.

Esta simples enumeração mostra, sem margem para dúvida, que a economia angolana se encontra dominada pelos poderosos tentáculos do capital estrangeiro, em todos os sectores: agricultura, indústrias extractivas (com relevo para os diamantes, o ferro e o petróleo), indústrias transformadoras, transportes, comércio e, finalmente, sector financeiro. Que isto sirva de meditação para quem pensa que Portugal está "isolado" na sua política colonial.

f.s.B.



DOIS RELATÓRIOS SECRETOS

Os elementos seguidamente divulgados foram colhidos em dois relatórios confidenciais. Um deles é o Relatório Anual de Informações do Comando Chefe das Forças Armadas em Angola (Quartel General - 2ª Repartição), correspondente ao ano de 1970. O outro foi elaborado pela Direcção dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e intitula-se Breves considerações sobre alguns dos aspectos focados no Plano de Contra-Subversão, sendo assinado por Ramiro Ladeiro Monteiro, com data de 6 de Janeiro de 1969.

Começamos por reproduzir, do primeiro daqueles relatórios, um impressionante quadro estatístico das baixas sofridas, entre 1963 e 1970, pelos angolanos partidários do movimento de libertação (o "inimigo").

(4) Quadro quantitativo das baixas sofridas pelo In - 1963 a 1970

A N O S	M O R T O S	F E R I D O S	P R E S O S	S O M A
1963	840	350	2737	3927
1964	749	469	1130	2348
1965	548	465	780	1793
1966	781	355	969	2105
1967	1453	453	2054	3960
1968	2221	480	4395	7096
1969	1483	576	7102	9161
1970	1284	497	7052	8833
T O T A L	9359	3645	26219	39223

Ficamos a saber que nestes 8 anos o exército português matou, pelo menos, 9.359 pessoas e prendeu 26.219 !!!

Em contrapartida, segundo o mesmo relatório, as baixas causadas pelo "inimigo" somaram, só em 1970, 4.195 pessoas. Vêm assim discriminadas: 355 mortos (118 militares e 237 civis), 1.242 feridos (dos quais 866 militares e 376 civis) e 2.598 desaparecidos.

Isto quer dizer que a guerra colonial em Angola provocou, de ambos os lados e só no ano de 1970: 1.639 mortos, 1.739 feridos, 7.052 presos e 2.598 desaparecidos - um total de 13.028 pessoas !

O relatório reconhece ainda o grau de alastramento da "subversão". Parece que afinal não se trata de pequenos grupos de "bandoleiros" vindos do exterior...

Atitudes Suspeitas ou de Carácter Subversivo

Foram detectadas, na generalidade, em toda a Província. Umhas de carácter acertadamente subversivo (conivência aberta com o In), outras reveladoras de trabalho de agentes subversivos ou, no mínimo, receptividade das populações à propaganda In, nomeadamente do MPLA.

Não restam dúvidas de que a causa da independência nacional está solidamente implantada no povo angolano. Na rubrica "Movimento anual de populações", o Comando Geral das Forças Armadas faz esta estimativa do número de angolanos que, em 1970, aderiram ao movimento de libertação : "População perdida - 5.999"...

No capítulo sobre o "meio humano", o mesmo relatório dá-nos a estatística das deserções do exército português, ainda em 1970. É de salientar que os números só se referem aos militares portugueses que recusaram a guerra colonial estando já em Angola (como é sabido, a esmagadora maioria deserta antes de ser mobilizada para África).

Relativamente a DESERTORES, verifica-se que

- = se trata de 2 Oficiais (1 Alf Mil^o), 5 Sargentos (5 Fur Mil^o) e 205 Praças (8 Cabos, 5 TE e 45 menchos que se não apresentaram à incorporação);
- = em 31DEC continuam naquela situação 116 militares (2 Oficiais e 3 Sargentos); dos restantes, 59 capturados e 37 apresentaram-se voluntariamente;
- = foram referenciadas 10 deserções para o estrangeiro - 1 Alferes (para França) e 9 Praças, sendo 7 para a RPC (onde aderiram ao MPLA) e 2 para a RPC (onde se presume tenham ingressado na FNLA)



Quanto ao relatório da SCCIA, destacamos, sem comentários, esta passagem:



S. R.
REPÚBLICA PORTUGUESA
PROVÍNCIA DE ANGOLA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ANGOLA
(SCCIA)

Telegramas: SCCIA - Telefones: P. B. X. 2560/6305/5374

Relações entre europeus e africanos.

- (1) Como já foi focado numa das últimas reuniões, este é um dos aspectos importantes a ter em consideração no âmbito da contra-subversão.
 - (a) Há uma tendência entre os europeus, sobretudo os menos-evoluídos, para pautarem a sua conduta em relação ao africano de acordo com uma supremacia que julgam ter em função da cor. Não se trata propriamente de preconceitos raciais mas sim de uma tendência para, à míngua de atributos culturais, se sobrevalorizarem pela cor. Estes europeus nem sempre sabem distinguir, nas suas relações, o africano evoluído do menos evoluído, e caem, frequentemente, em generalizações.
 - (b) O africano evoluído é extremamente sensível a tais atitudes e generalizações.

(2) Sugestão:

Há que envidar esforços para melhorar, progressivamente, esta situação, através de uma discreta campanha de mentalização, visto tratar-se de um assunto melindroso que pode ser explorado como sinal de fraqueza:

- (a) Em relação aos funcionários e agentes do Estado, pois também neste sector há faltas a sanar, através dos directores e chefes dos diversos departamentos.
- (b) Em relação ao sector privado, através dos directores e gerentes, cuja colaboração se não afigura difícil de obter.